



Destaque Rural nº 94

22 de Julho de 2020

COBERTURA FLORESTAL NA PROVÍNCIA DE MANICA

Mélica Chandamela

1. INTRODUÇÃO

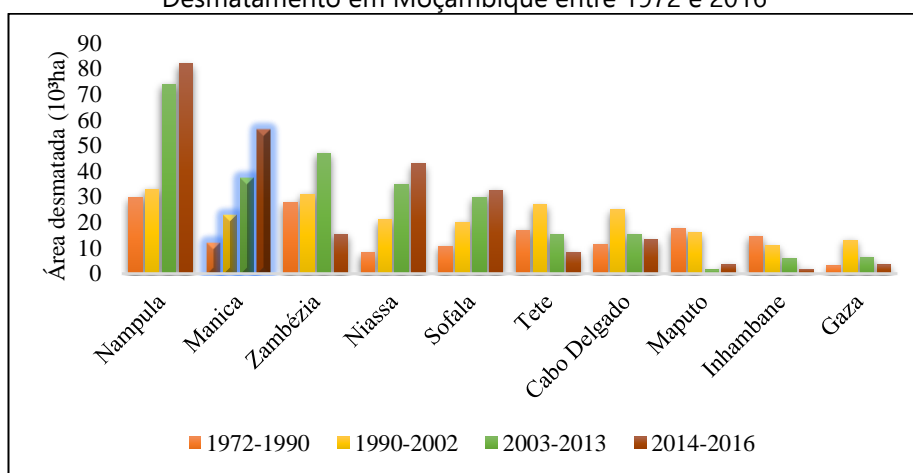
Em pouco mais de uma década, o país perdeu cerca de 3 milhões de hectares de floresta. De acordo com o antigo Ministério de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER), entre os anos 2003 e 2013 houve uma tendência histórica de aumento da taxa de desmatamento, que se mantinha praticamente estável desde 1972. Segundo o MITADER, as províncias de Nampula, Zambézia e Manica são as que tiveram as maiores perdas de florestas entre 2003-2013, sendo responsáveis por 58 % de toda a área florestal perdida nesse período.¹

Este destaque rural aborda o desflorestamento observado na província de Manica e as suas relações com a população, área cultivada e o clima, o reflorestamento realizado e as possíveis soluções a fim de se observarem melhorias no sector.

2. CONTEXTO

O Gráfico 1 mostra a área florestal perdida no país por província, entre os anos 1972 e 2016. A província de Manica aparece em destaque no gráfico.

Gráfico 1
Desmatamento em Moçambique entre 1972 e 2016



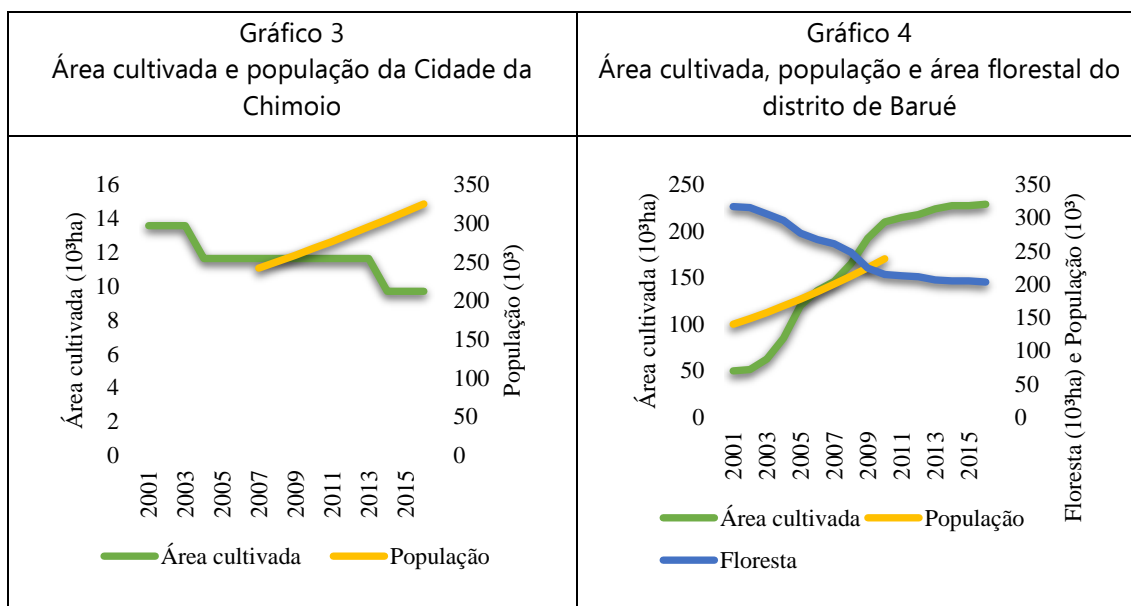
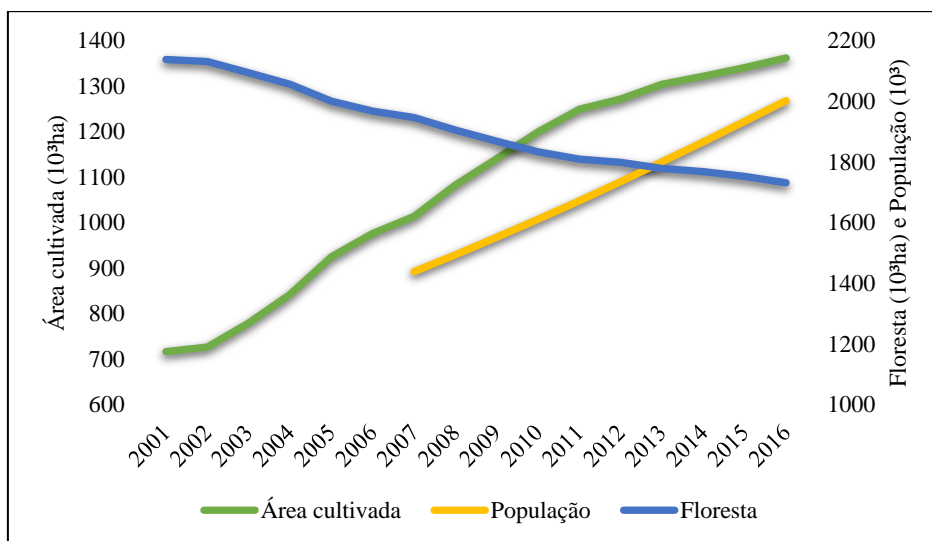
Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), 2020.

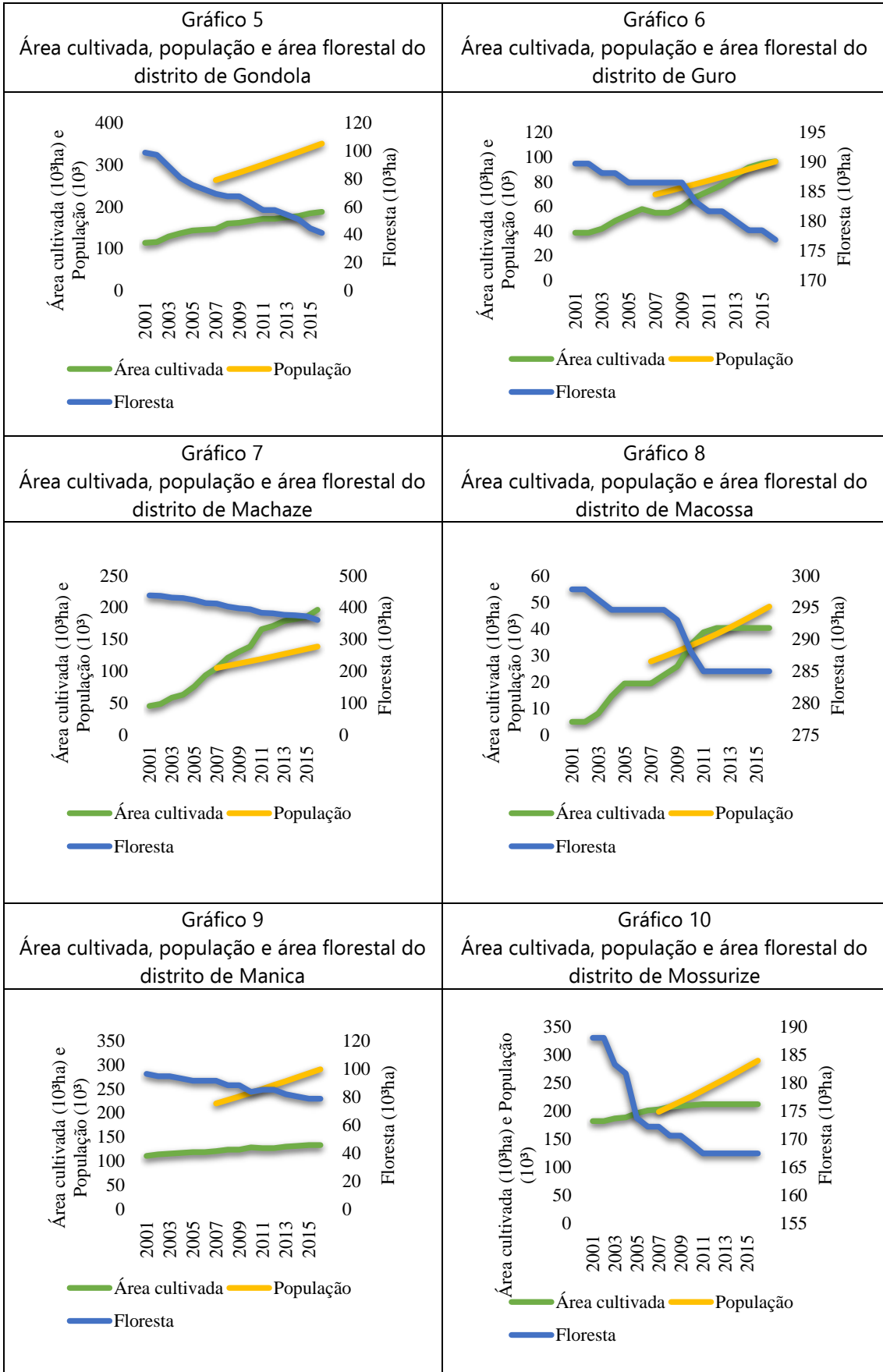
¹ Caldeira, A. (2019, Janeiro 22). Obtido do Jornal Verdade: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/67793-perdidos-29-milhoes-de-hectares-de-floresta-em-mocambique-agricultura-e-a-causa-do-desmatamento>

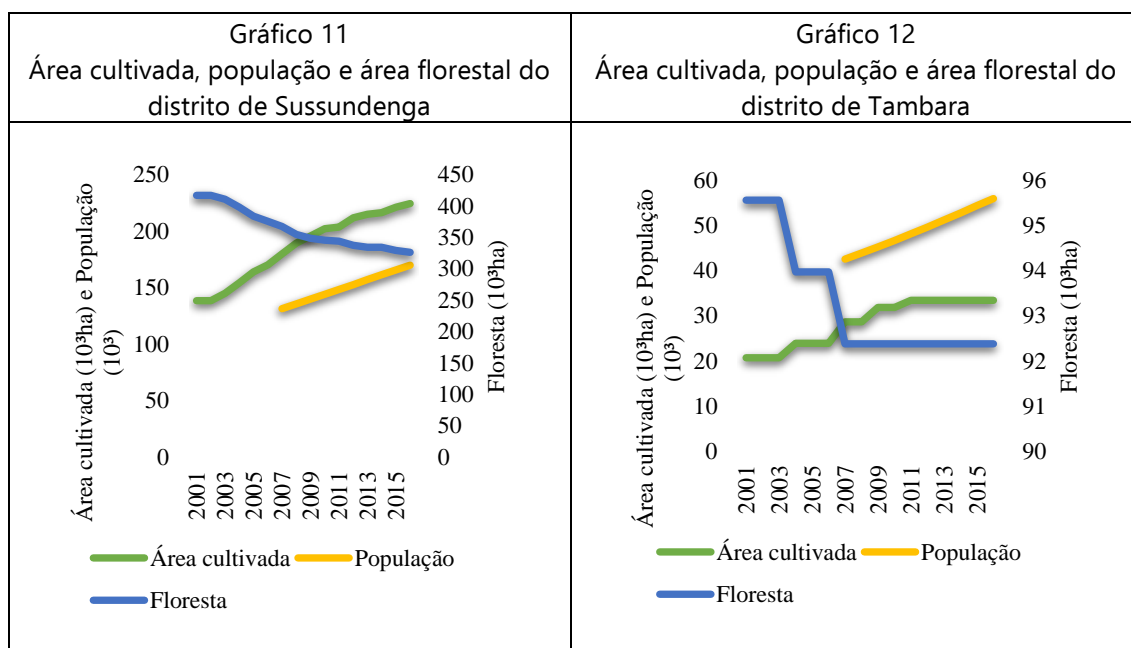
Observa-se no Gráfico 1 que Manica teve uma perda de cerca de 6% da cobertura florestal sendo a segunda província com maior desmatamento a nível nacional entre os anos 1972 e 2016. É possível ver que nesta província houve um aumento no desmatamento ao longo do tempo. Os gráficos a seguir (gráficos 2 a 12) mostram a tendência da cobertura florestal em Manica em comparação com a área cultivada (uma vez que a agricultura itinerante é tida como o principal factor do desflorestamento nacional) e o crescimento demográfico.

Gráfico 2

Área cultivada, população e área florestal da Província de Manica







Em Manica, a cobertura florestal reduz-se continuamente ao longo do tempo. Durante o período em estudo, observa-se uma perda de cerca de 406.000 hectares. A nível distrital, observam-se reduções mais acentuadas nas coberturas florestais de Barué (114.000 hectares), Sussundenga (91.000 hectares), Machaze (77.000 hectares) e Gondola (58.000 hectares) no período entre 2001 e 2016. Algumas das razões por detrás deste grande desmatamento são a agricultura com recurso às queimadas, a extracção selectiva da madeira comercial, a extracção/produção comercial da energia de biomassa, a exploração intensiva dos produtos florestais não madeireiros e o aumento do número de assentamentos.² O uso habitual do combustível lenhoso tem constituído um problema nos últimos anos na província de Manica, de acordo com a antiga Direcção Provincial de Coordenação da Acção Ambiental. "A energia é cara; se tivesse que usar energia para cozinhar, então, o salário apenas serviria para pagar a conta de luz. Tenho recorrido a carvão vegetal ou lenha para confeccionar alimentos, mas também estão cada dia mais caros", disse Virgínia Rosse, residente em Chimoio, à Lusa.³

A procura de produtos florestais tende a aumentar com o crescimento demográfico, uma vez que aumenta também a procura dos mesmos. Os gráficos mostram que, a nível provincial, a evolução da cobertura florestal e da população são inversas, sendo que a população cresce continuamente enquanto a área florestal apresenta declínio. Todavia, a nível distrital, existem casos em que o decréscimo da área florestal não acompanha o rápido crescimento populacional (Tambara e Macossa). A razão por detrás deste fenómeno pode ser o surgimento de outras fontes de rendimento, que resulta numa menor pressão nas florestas.

A área cultivada evolui de forma inversa à cobertura florestal, ganhando uma área de cerca de 645.000 hectares entre 2001 e 2016. Os distritos com aumento mais acentuado nas áreas agricultadas foram Barué (179.000 hectares), Machaze (151.000 hectares), Sussundenga (86.000 hectares), Gondola (74.000 hectares) e Guro (57.000 hectares). Houve também o caso da cidade

² Nhantumbo, I., Maússe, A., Cumbe, M., Chicamisse, L., & Ceita, D. (2018). Desmatamento na Paisagem do Corredor da Beira: o papel de factores socioeconómicos. Londres: IIED.

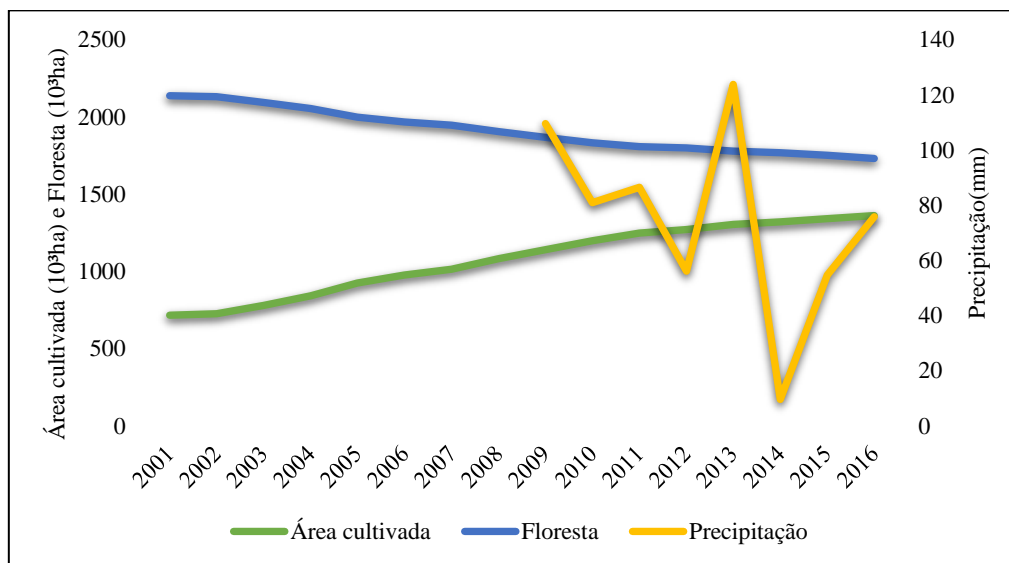
³ SAPO Notícias. (2013, Junho 9). Obtido do SAPO Notícias: <https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/dependencia-da-lenha-aumenta-pressao-sobre-floresta-mocambicana>

de Chimoio em que se observaram reduções na área agricultada. Porém, estas reduções ocorreram em simultâneo com o aumento demográfico. Isto pode ser resultado da variação de fontes de rendimento (conforme explicado anteriormente).

O gráfico 13 mostra as tendências climáticas da província de Manica (dados obtidos no INE).

Gráfico 13

Área cultivada, Área florestal e Média anual de precipitação na Província de Manica



Ao longo dos anos, a precipitação total oscila muito, havendo anos de chuva moderada (média 9,6 mm) e outros de muita chuva (123,8 mm).⁴ Sendo a agricultura a principal fonte de renda da maioria da população e porque a produtividade e produção dependem muito do clima (em particular da pluviometria), uma redução nas chuvas pode levar a maior desmatamento (as florestas tornam-se uma fonte alternativa de rendimento). Porém, no caso específico de Manica, não se observa esta relação entre a precipitação média, e a cobertura florestal e área cultivada, pelo que não se pode chegar a tal conclusão.

⁴ "Os parâmetros de intensidade são os seguintes: até 5 mm, a chuva é considerada fraca; de 5,1 a 25 mm é considerada moderada; de 25,1 a 50 mm é forte; e a partir de 50 mm é muito forte."

(<http://uenfciencia.blogspot.com/2012/01/entenda-as-unidades-de-medida-de-chuvas.html>. Acedido a 20/04/20)

3. REFLORESTAMENTO

O quadro 1 apresenta a área reflorestada na província de Manica entre os anos 2010 e 2018.

Quadro 1
Hectares reflorestados na Província de Manica

Ano	Área reflorestada em Manica (ha)	Área reflorestada no país (ha)	Percentagem do reflorestamento em Manica no reflorestamento nacional (%)	Área desmatada em Manica (ha)	Percentagem do reflorestamento em Manica na área desmatada na província (%)
2009	2.086	14.067	14,8	36.800	5,7
2010	1.208	15.786	7,7	35.400	3,4
2011	1.029	14.846	6,9	24.200	4,3
2012	634	9.060	7,0	9.600	6,6
2013	494	11.552	4,3	20.900	2,4
2014	271	20.738	1,3	9.700	2,8
2015	212	9.104	2,3	16.200	1,3
2016	147	4.943	3,0	20.900	0,7
2017	14	3.037	0,5	20.900 ⁵	0,1*
2018	4	1.186	0,3	20.900*	0,0*

Fonte: Relatórios de Balanço Anual de Terras, Florestas e Fauna Bravia, 2011-2019

Nota-se que as acções de reflorestamento na província de Manica têm diminuído. Observa-se também que as áreas reflorestadas são muito inferiores às áreas desmatadas.

4. RESUMO

Assim como no resto do país, verifica-se em Manica uma relação inversa entre crescimento da população e das áreas cultivadas com as áreas desflorestadas (com excepção dos distritos Tambara e Macossa, em que o desmatamento não acompanha o crescimento populacional; e cidade de Chimoio, em que houve redução da área agricultada). Não há relação directa entre a pluviometria, a área agricultada (principal fonte de rendimento das famílias no meio rural) e o desflorestamento.

Entre as causas do desmatamento em Manica estão a agricultura com recurso às queimadas, a exploração intensiva de produtos florestais não madeireiros, a produção comercial da energia de biomassa a extracção da madeira comercial, o aumento do número de assentamentos e a falta de energia eléctrica (que leva à maior procura por combustíveis lenhosos).

Quando se compara a área reflorestada com a área desmatada de Manica, nota-se que as acções de reflorestamento são insignificantes e acentuadamente decrescentes. Durante o período estudado, a maior percentagem do reflorestamento na província, comparativamente com a área reflorestada no país, foi de 14,8%.

⁵ *: Por ausência de dados, foi usada a informação do ano anterior (apenas para questões de comparação).

5. RECOMENDAÇÕES

É necessário que se tomem medidas a nível da província de Manica para que se verifiquem melhorias no sector de florestas local. O aumento da produtividade agrícola, o investimento na transformação primária e secundária da madeira e a adopção de fontes de energia alternativas às florestas, como o gás, electricidade e energia solar, são algumas das medidas que poderão travar as actuais tendências de desmatamento. Acções de reflorestamento devem ser intensificadas em todas as províncias. As reformas políticas no sector de florestas que o governo tomou nos últimos anos, nomeadamente a nova política de florestas, o banimento da exportação de madeira em toros e acções de prevenção, reforço da fiscalização e combate à actividade ilegal no sector, devem ser reforçadas e implementadas de forma integrada com envolvimento de todos os intervenientes para que os resultados sejam mais notáveis.⁶

Observações feitas em vários países nos últimos anos indicam que o manejo florestal com base na comunidade funciona e pode contribuir para o controlo do uso ilegal e insustentável das florestas. Os princípios fundamentais do Maneio Comunitário de Florestas (MCF) são⁷:

- Posse segura das florestas a longo prazo, com limites claros entre as comunidades;
- Direitos de uso bem assentes;
- Criminalização de todo o uso ilegítimo de madeira comercial nas florestas comunitárias.

Para a eficiente implementação destas medidas, é necessário, em primeiro lugar, criar incentivos financeiros para as comunidades (para além dos momentos de capacitação e participação na gestão), de forma que a renda proveniente da protecção e gestão com base na comunidade exceda o custo de protecção e gestão. Em segundo lugar, é necessário facilitar o uso legal da floresta pelas comunidades, de forma a reduzir a utilização de produtos florestais como fonte fundamental de rendimento das famílias, sobretudo em situação de crise. Este patamar pode ser atingido ao reduzir-se a burocracia desnecessária para exploração legal. "Geralmente, a comunidade sabe muito bem como afastar exploradores ilegais, chegando mesmo a arriscar as suas vidas. Regras simples na comunidade são muito mais eficazes do que complicados planos de gestão"⁸.

Poderiam ser fornecidos direitos às comunidades para detenção e confiscação de produtos ilegais, para além de compensações pelos bens confiscados. "As comunidades da Gâmbia ficam com 100% da receita da venda de produtos confiscados e, na Zâmbia, há a proposta de que fiquem com 50%."⁹ Por fim, a introdução de um prazo de 30 dias para aprovação pelo gabinete distrital de florestas aquando da emissão de licenças pode também ser aplicado, sendo que, passado este período sem resposta, as comunidades podem transportar, sem licença, a madeira para o mercado. "Isso reduz a possibilidade de corrupção, torna o uso legal mais atractivo e motiva as comunidades a ajudarem a impedir a ilegalidade".¹⁰

⁶ Alismo Nhanengue, A. M. (2016). *Desmatamento em Moçambique (2003-2016)*. Maputo: FNDS.

⁷ IUCN, WWF. (n.d.). *Aperfeiçoando a Governação Florestal em Moçambique*. Maputo: IUCN.

⁸ Idem

⁹ IUCN, WWF. (n.d.). *Aperfeiçoando a Governação Florestal em Moçambique*. Maputo: IUCN.

¹⁰ Idem